Senado ignora projeto que limita gasto com servidor

126 23 JAN 1995 CORREIO BRAZILIENSE

Luciene de Assis

''Desinteresse. Falta de articulação política do Executivo. Desconhecimento dos parlamentares sobre a importância da matéria'', definiu Rita Camata.

Angustiada, a deputada do PMDB do Espírito Santo acompanhou as sessões plenárias do Senado Federal, realizadas na semana passada em convocação extraordinária.

Ela esperava que os senadores votassem o Projeto de Lei 125, de sua autoria, que limita as despesas do Governo com o funcionalismo público em 60% da receita líquida proveniente da arrecadação com impostos e taxas.

Para o projeto ser aprovado seria necessário a presença, em plenário, de 42 senadores favoráveis. Mas não houve quórum.

A matéria, que está para ser apreciada pelo Senado desde o início de 1992, foi colocada na pauta de votação em regime de urgência urgentíssima. Não adiantou.

''A Mesa colocou o projeto na ordem do dia há um mês'', reclama Rita Camata, a musa de Ulysses Guimarães.

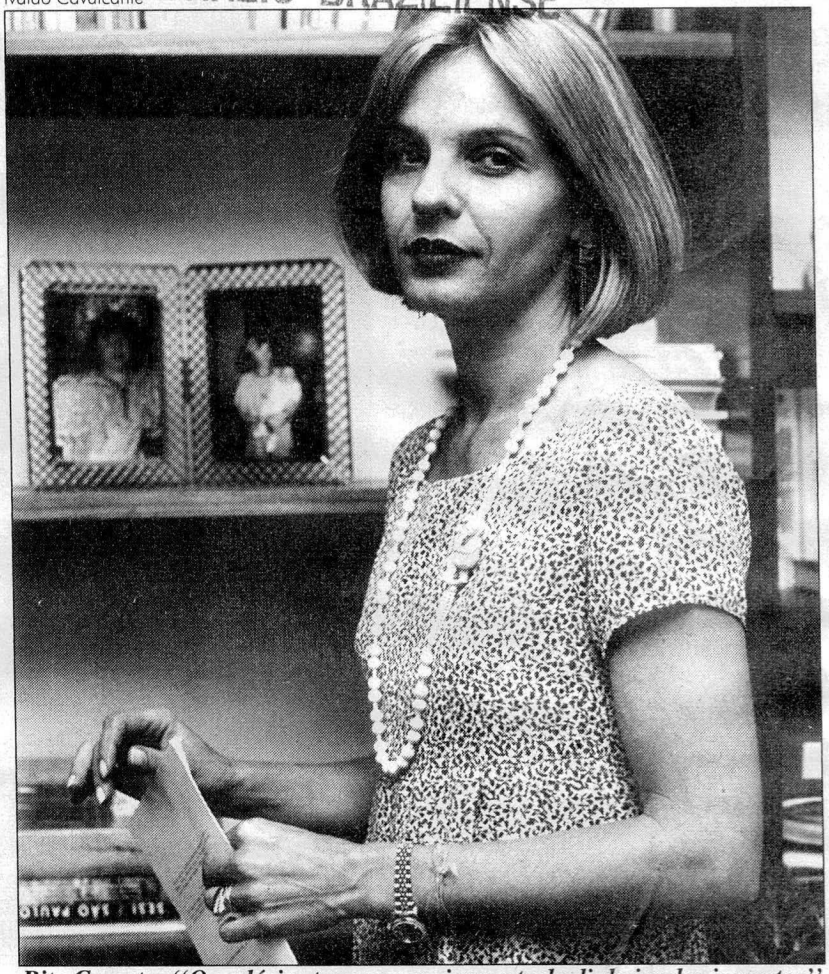
A parlamentar admite que o projeto de lei, destinado a regulamentar o artigo 169 da Constituição, está sendo alvo de uma obstrução implícita. ''Senão já teria sido aprovado''.

Suas suspeitas foram confirmadas por um senador amigo, que ela não quis dizer o nome.

Os maiores interessados em retardar a aprovação do projeto de lei de Rita Camata são os sindicatos, que estão dificultando o processo desde 1989, época em que o projeto foi elaborado e o assunto passou a ser discutido na Câmara.

Negociador — O presidente Fernando Henrique Cardoso tentou uma intervenção tímida buscando a votação do projeto no Senado.

Ivaldo Cavalcante



Rita Camata: ''Os salários tomam a maior parte do dinheiro dos impostos''

Colocou seu vice, Marco Maciel, egrégio daquela Casa, como negociador junto a seus pares. A estratégia também não surtiu efeito. A urgência urgentíssima foi derrubada.

Desanimada, Rita Camata não tem previsões otimistas. ''O assunto agora fica para ser decidido na próxima legislatura''.

Os novos membros do Congresso tomam posse em 1º de fevereiro. O presidente Fernando Henrique já fez convocação extraordinária para a primeira quinzena de fevereiro.

A deputada capixaba não acredita que seu projeto de lei seja apreciado pela nova composição do Senado antes de março.